

RELATÓRIO ANUAL FUNDEPEC-PR 2008

O Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária do Estado do Paraná composto por doze entidades do setor privado preocupou-se, ao longo do ano de 2008, com os aspectos zoonosológicos do Paraná. Ocorreram três reuniões do Conselho Deliberativo que apontaram a necessidade da reativação dos Conselhos Municipais de Sanidade Agropecuária (CSA) e da criação de novos nos Municípios ainda faltantes. O objetivo é reforçar a defesa e a vigilância sanitária e conquistar o estatus de áreas livres de Febre Aftosa e demais doenças que afetam os nossos rebanhos e se constituem em barreiras sanitárias ao comércio internacional.

O programa foi elaborado e aprovado em parceria: FUNDEPEC/FAEP/SENAR/SEAB/EMATER e iniciou nas áreas compreendidas pelos Núcleos de Pato Branco e Francisco Beltrão da SEAB. Em 2009, será estendido as demais Regiões do Estado.

As atividades desenvolvidas para atingir este objetivo, foram: Produção do CD do treinamento dos técnicos da SEAB; Reuniões de trabalho para organizar as ações dos CSAs com a Comissão Executiva; Participação das reuniões do CONESA; Palestras sobre CSAs em Guarapuava, na Comissão Técnica do Leite, Pato Branco, São Jorge D'Oeste; Francisco Beltrão; Reuniões regionais de sensibilização em Francisco Beltrão e Pato Branco; Produção e Avaliação da Cartilha de Ações do CSA; Processo de implantação do Projeto Piloto dos CSAs nas Região Sudoeste com a execução de palestras de sensibilização local e Seminário de Planejamento Sanitário nos 54 municípios.

Participação na elaboração do Encontro das Regiões Sul e Sudeste para conhecer o Plano Nacional de Educação em Sanidade Agropecuária e elaborar o Programa Estadual de Educação em Sanidade Agropecuária, onde a revitalização e o fortalecimento dos CSAs aparecem como a principal atividade; Participação nos cursos de liderança sindical para estimular o levantamento da bandeira sanitária no Planejamento Estratégico dos Sindicatos.

Participação no Projeto da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) da Análise Custo Benefício do Programa Nacional de Controle e Erradicação da Febre Aftosa.

O Fundepec-PR manteve contato permanente com autoridades sanitárias federal e estadual, procurando atualizar e estabelecer parcerias em relação aos trabalhos de erradicação das doenças.

Trabalhou decisivamente no Desenvolvimento e Produção dos Conteúdos e da Distribuição das Informações do novo site do Fundepec-PR; nas Reuniões de Planejamento Estratégico do Departamento Técnico Econômico da FAEP; na Participação das reuniões das Comissões Técnicas e da Suinocultura; na pesquisa sobre Rastreabilidade para subsidiar a Diretoria sobre o embargo da União Européia sobre a carne bovina.

Reuniões internacionais de sanidade onde a FAEP participou:

XXXV COSALFA - Seminário Internacional e Reunião Ordinária da Comissão Sul-americana para a Luta contra a Febre Aftosa – 10 a 14 de março de 2008 – Porto Alegre – RS.

O Seminário Internacional debateu sobre o tema *América do Sul Livre de Febre Aftosa: Novos Paradigmas*.

A proximidade da data limite para a conclusão dos objetivos do Plano Hemisférico de Erradicação da Febre Aftosa – PHEFA 2005 – 2009 provocou este Seminário, porque enquanto alguns países Sul-americanos apresentam avanços consideráveis, outros, retrocederam. Aparece então uma situação preocupante colocando em risco a continuidade das ações até a erradicação total e a manutenção do estatus na Região.

As principais recomendações aos países foram: manter um serviço oficial fortalecido com independência técnica, trabalhar em parceria com o setor privado, desenvolver ações coordenadas em suas fronteiras, entre outras.

76ª Sessão Geral Anual do Comitê Internacional da Organização Mundial de Sanidade Animal (OIE) - 25 a 30 de maio de 2008 – Paris – FRANÇA.

Nesta Sessão Geral a OIE reconduziu o Estado do Paraná à área livre de febre aftosa com vacinação e mais os demais Estados suspensos a partir de outubro de 2005. O Mato Grosso do Sul foi reconhecido no final de julho de 2008, após o cumprimento de todas as recomendações e principalmente por conter uma Zona de Alta Vigilância com o Paraguai.

Na oportunidade, o Brasil foi classificado como país onde o risco de Encefalopatia Espongiforme Bovina (EEB) está controlado. Já nos nossos vizinhos Argentina, Paraguai e Uruguai, o risco da EEB é insignificante conforme a atual classificação de risco da doença.

A participação dos pequenos produtores nos programas de sanidade animal foi um dos temas técnicos abordados. A OIE afirma que os pequenos produtores tem um papel importante na vigilância e na rápida detecção das doenças dos animais porém, eles são o ponto fraco do sistema de biossegurança do país e devem ser preparados para que possam cumprir sua função de colaboradores básicos dos Serviços Veterinário. Pois, suas necessidades em relação a sanidade animal são maiores do que as das grandes explorações, no entanto, as pequenas dispõem de menos capacidade. Como o Paraná tem 75% propriedades consideradas pequenas, a ele cabe bem a recomendação da OIE: colher as informações, comentários e participação dos pequenos produtores e o conhecimento das normas sanitárias (Educação Sanitária). É oportuna e justificada a existência dos Conselhos Municipais de Sanidade Agropecuária.

O segundo tema técnico fala sobre as conseqüências do uso de normas privativas no comércio internacional de animais e produtos de origem animal. Foi recomendado à OIE trabalhar com organizações públicas e privadas pertinentes para que, ao utilizar essas normas privativas, sejam coerentes com as da OIE e não entrem em conflito com estas.

Segurança Alimentar: o Comitê Internacional ressaltou que existe um vínculo muito forte entre a luta contra a fome mundial e a luta contra as doenças animais,

por conseguinte, entre a segurança alimentar e a sanidade alimentar. Recomenda à OIE a maior participação com especialistas da FAO e da OMS para fortalecer a colaboração entre a OIE e o *Codex Alimentarius*, entre outras (identificação e rastreabilidade).

Bem Estar Animal: a recomendação, entre outras, que os Serviços Veterinários de cada país participem ativamente na preparação, revisão e aplicação da legislação sobre o bem estar animal e que os delegados indiquem um interlocutor junto a OIE para facilitar a comunicação.

“O bem estar dos animais é uma questão de política pública nacional e internacional, complexa e de múltiplas facetas, com dimensões científicas, éticas, econômicas e políticas importantes.”

Sobre a rastreabilidade, o Diretor Geral da OIE afirmou que:

“A identificação dos animais e a possibilidade de acompanhar o rastro dos produtos desde a propriedade rural até a mesa do consumidor devem avançar progressivamente no mundo”

Não saiu nenhuma resolução sobre o assunto, porém, ele foi lembrado em diversos outros documentos.

15ª RIMSA – Reunião Interamericana em Nível Ministerial sobre Saúde e

Agricultura – 11 a 12 de junho de 2008 - Rio de Janeiro.

Com a presença de Ministros de Agricultura e de Saúde, foram debatidos os temas como a Mudança Climática (impacto sobre o meio ambiente, a agricultura e a saúde), Nutrição, Inocuidade dos Alimentos e a Saúde, Desenvolvimento Rural e Saúde (Zoonoses e Emergência de Saúde Pública). Ao final da reunião dos ministros, foi assinada a Declaração do Rio de Janeiro com o título: Equidade, Saúde e Desenvolvimento Rural nas Américas, na qual todos eles se comprometem a, em seus âmbitos de competência própria, lutar por uma coordenação regional e a cooperação técnica – financeira para reforçar as ações para aliviar os efeitos da mudança climática, aproveitar as oportunidades do comércio internacional e turismo para a melhoria da agricultura, a saúde e a vida rural, fomentar as alianças entre os setores privado e público visando o desenvolvimento competitivo das cadeias agroalimentares com distribuição equitativa do valor agregado, entre outras. Executar e sustentar as ações para eliminar até a raiva humana transmitida pelo cão, implementar iniciativas de cooperação para acelerar a eliminação da Febre Aftosa do Hemisfério, fortalecer os sistemas nacionais de inocuidade de alimentos, fortalecer os mecanismos de coordenação regional e global para o alerta e resposta imediata frente aos riscos no marco do Regulamento Sanitário Internacional.

Reuniões locais:

COESUI - Comitê Estadual de Sanidade Suídea. A FAEP é membro do COESUI, foro onde se discutem as medidas sanitárias do Estado e a sua aplicação. Ocorreram duas reuniões no ano onde foram discutidos os efetivos da

SEAB e o número de veterinários destinados a sanidade suídea, a preocupação em fazer um cadastro da suinocultura paranaense, o envolvimento das secretarias municipais de agricultura juntamente com os CSAs para o cadastramento completo de cada propriedade, modelos de cadastro e o georreferenciamento a revisão dos valores do fundo emergencial administrado pelo FUNDEPEC – PR, a revisão da Resolução 072/2003 para torna-la mais específica, o repasse de valores ao FUNDEPEC em poder da SEAB e proposta de estender a indenização a outras doenças dos suínos, além daquelas previstas, principalmente a Doença de Aujeszky nas criações de subsistência.

COESA – Comitê Estadual de Sanidade Avícola.

Ocorreram quatro reuniões. Os pontos principais do Comitê foi a atenção ao resultado da auditoria na área de sanidade avícola no Paraná, principalmente na estruturação das barreiras nacionais e internacionais. O treinamento e atualização para os veterinários da SEAB. A avaliação da I.N. n.º 56 do MAPA, que estabelece os procedimentos gerais de recomendações de boas práticas e bem estar dos animais, e as sugestões de alterações de alguns artigos. A avaliação da Portaria n.º 31 do IAP, que trata do licenciamento ambiental para estabelecimentos avícolas resultou em sugestões em relação a prazos e da outorga de água.

Comissão Técnica de Suinocultura.

As principais atividades da Comissão durante o ano de 2008 e que prosseguem para o ano de 2009 são: a construção de um planejamento estratégico que compreende um diagnóstico da suinocultura. O acompanhamento e divulgação de preços pagos ao produtor, por região. Um plano de marketing para a divulgação e o aumento do consumo da carne suína dentro da proposta CNA/ABCS/SEBRAE. A sustentabilidade ambiental. Em conjunto com a EMBRAPA: o estudo do custo de produção do produtor.